

# UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NO BRASIL: O DEBATE SOCIOLINGUÍSTICO EM TORNO DO CONCEITO DE *TRANSMISSÃO LINGUÍSTICA IRREGULAR*

Rogério Luid Modesto dos Santos\*

**Resumo:** *O objetivo deste texto é analisar o debate sociolinguístico em torno do conceito de Transmissão Linguística Irregular. A análise é feita a partir da perspectiva da História das Ideias Linguísticas em sua articulação com a teoria discursiva materialista. O corpus é composto por excertos dos textos “Origens do português brasileiro”, de Anthony Naro e Marta Scherre, e “A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica”, de Dante Lucchesi. A discussão aqui apresentada nos permitiu compreender os saberes sobre a língua e sobre o fazer linguístico que têm formatado a sociolinguística brasileira.*

**Abstract:** *This paper aims to analyse the sociolinguistic debate amidst the concept of Irregular Linguistic Transmission. Such analysis could be made through the perspective of the History of Linguistics Ideas and their articulation with the materialist discourse theory. The corpus is composed by excerpts from the texts "Origens do português brasileiro", by Anthony Naro and Marta Scherre, and "A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica", whose author is Dante Lucchesi. The issue raised on this paper allowed us to better understand the knowledge about the language and about the linguistic practice which has been shaping the Brazilian sociolinguistic field.*

### 1. O saber: comunidade de conhecimento e historicidade

Em *A historicidade das ciências*, Auroux (2008) reserva uma seção de seu texto para discutir o tópico “Ciência e Comunidades de

Conhecimento”. Tratando deste assunto, o teórico ratifica a ideia de que a ciência não é acessível a todos em virtude de sua forte codificação e dificuldades de aprendizagem. Diante disso, cabe aos especialistas, isto é, à comunidade científica, tratar dos valores da ciência, os quais passariam a ser aderidos por todos, já que a ciência é universal.

Uma série de contrariedades é apontada por Auroux, entretanto, em virtude do que ele chama de “caráter democrático das sociedades” (AUROUX, 2008, p. 130). Assim, para o autor, numa sociedade democrática, em que o valor das opiniões é idêntico um ao outro, não há quem possa exercer um poder supremo capaz de invalidar as outras opiniões sob o pretexto de que tais opiniões seriam falsas ou contrárias à ciência. Esse cenário construído por Auroux se impõe à ciência de modo que ela tem de lidar com os *problemas* advindos daí.

Em primeiro lugar, se nas sociedades democráticas as opiniões têm o mesmo valor, a divergência de opiniões entre os especialistas acaba por fracionar/dividir as comunidades de conhecimento. Em segundo lugar, tal divisão não somente segrega a comunidade de conhecimento como propicia dissidências. Em terceiro lugar, variados tipos de *desfuncionamentos* da comunidade (más avaliações, pressões, falsificações, corporativismo etc.) acabariam por acontecer, seja para beneficiar seja para prejudicar um ou outro grupo que, na comunidade de conhecimento, estão em confronto.

As concepções de ciência e comunidade/sociedade em que Auroux sustenta sua reflexão trabalham essas categoriais como se elas fossem homogêneas, fato que restringe os conceitos de ciência e comunidade/sociedade. Auroux não considera em seu texto outras determinações de cunho histórico na composição das comunidades científico-acadêmicas. Determinações relacionadas à legitimidade dos saberes no processo de produção de conhecimento e, principalmente, dos grupos e espaços de produção do conhecimento. Em outras palavras, as assimetrias próprias da luta de classes na composição das formações sociais não produzem efeito na reflexão deste autor, de modo que uma certa homogeneidade permanece implicitada em suas formulações.

Ainda assim, toda essa reflexão de Auroux traz luz ao quadro epistemológico da historicidade das ciências. A ciência acontece num

espaço de dissidência que obriga o cientista a se justificar por procedimentos teóricos e metodológicos rigorosos e sistemáticos, a fim de que sua produção não incorra em um “achar” que pode ser rebatido por outro “achar”. Em determinados campos científicos e disciplinas, as teorias não somente co-ocorrem, mas concorrem na busca pelo lugar de legitimidade e cientificidade.

Outro aspecto para o qual Aurox chama atenção nesse mesmo texto diz respeito à relação do conhecimento com a temporalidade. A ideia de *horizonte de retrospectção*, discutida na seção “Os horizontes de retrospectção”, aparece aí para dar sentido a duas formulações importantes: i) não há conhecimento instantâneo e ii) é necessário tempo para *saber*. Essas afirmações, porém, não querem significar que os objetos de conhecimento são temporais, conscientemente marcados de historicidade.

Um horizonte de retrospectção supõe um conjunto de conhecimentos anteriores estruturados sem que a temporalidade afete tais conhecimentos. É o que Aurox afirma ao pontuar que há variadas formas de estruturar os horizontes de retrospectção e que a co-presença dos conhecimentos é a marca fundamental deste conceito.

O saber seria, pois, construído numa constante projeção<sup>1</sup> e retrospectção de seus horizontes. Um ir-e-vir. Movimento a partir do qual um saber se impõe (ou tenta se impor) sobre os outros na constante relação dos saberes que estrutura os horizontes de retrospectção e projeção. O que significa que sem memória não há saber.

O percurso que faço até aqui me serve para situar teoricamente a questão que busco discutir neste texto<sup>2</sup>. Os dois pontos do trabalho de Aurox que pude trazer acima se colocam para mim como ponto de entrada para a compreensão do problema que, da perspectiva da História das Ideias Linguísticas em sua articulação com a teoria discursiva materialista, formulo deste modo: se o saber tem que lidar com um espaço de acontecimento permeado por tensões teórico-políticas<sup>3</sup> e está estruturado em relação a horizontes (de retroprojeção e projeção), que saberes sobre a língua estão em jogo no debate sociolinguístico brasileiro em torno do conceito de *Transmissão Linguística Irregular*?

No contexto da Sociolinguística brasileira, há atualmente uma querela teórica em torno da melhor explicação para a mudança linguística que desenvolveu o *português popular do Brasil*. Por um lado, Dante Lucchesi defende que a língua portuguesa falada no Brasil constitui-se também pela influência de um massivo contato entre línguas, processo que lhe permite falar em transmissão linguística irregular (cf. LUCCHESI, 2012). De outra perspectiva, Anthony Naro e Maria Marta Scherre buscam evidenciar que o português do Brasil é o resultado de um processo de deriva linguística e que, portanto, a mudança linguística da qual se originou o português brasileiro não pode ser explicada pela teoria da transmissão linguística irregular (cf. NARO, SCHERRE, 2007).

Diante desse cenário de polêmica e dissidência, acredito que perguntar pelos saberes negados ou legitimados nesse espaço teórico de tensão é também perguntar pelos saberes sobre a língua que, a partir de tal debate, estão sendo historicizados na memória da (Sócio)linguística brasileira. Em outras palavras, significa perguntar pela memória do saber sobre a língua no desenvolvimento de um dos campos de estudo mais influentes na história da institucionalização (da) Linguística no Brasil.

## **2. A Sociolinguística (brasileira): condições de produção para o debate em questão**

O *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*<sup>4</sup>, de Ducrot e Todorov (2010), define a Sociolinguística como um conjunto de proposições e pesquisas, de perspectivas variadas, cujo cerne é a relação entre a linguagem, de um lado, e sociedade, do outro. Tem-se assim, uma perspectiva em que: “postula-se a existência de duas entidades separadas, linguagem e sociedade (ou cultura etc.), e estuda-se uma através da outra” (DUCROT, TODOROV, 2010, p. 69). Esse conjunto de proposições e pesquisas, ao procurar remeter, na variedade de suas práticas teórico-analíticas, a linguagem à sociedade e vice-versa, define “um dos termos como causa e o outro como efeito, e estuda o efeito com vistas a um conhecimento da causa, ou inversamente, conforme um ou outro se preste melhor a uma análise rigorosa” (DUCROT, TODOROV, 2010, p. 69).

Outro dicionário de referência para os estudos da linguagem, o *Dicionário de linguística*, de Dubois *et al*, segue a linha da definição acima apresentada, afirmando que “a sociolinguística tem como tarefa revelar, na medida do possível, a covariação entre os fenômenos linguísticos e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito” (DUBOIS *et al*, 1973, p. 561). Porém, há a necessidade de se estar atento para o fato de que:

Contrariamente a uma prática afirmada ou implícita, a sociolinguística não tem por escopo fazer resultarem repercussões linguísticas das distinções sociais. Ela deve proceder a descrições paralelas, independentes uma da outra: de um lado, temos as estruturas sociológicas, de outro, as estruturas linguísticas, e só depois de concluirmos tais descrições prévias, é que poderemos confrontar os fatos de cada uma dessas ordens (DUBOIS *et al*, 1973, p. 561).

Ao retomar as definições da Sociolinguística em dicionários especializados, busco chamar atenção para o que há de mais *comum* entre as diferentes perspectivas que atuam sob a designação “Sociolinguística”, isto é, o entendimento de que os fenômenos linguísticos, notadamente os de variação e mudança, dizem respeito aos fenômenos sociais. Ou, em outras palavras, para o pressuposto de que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21).

Frente a este pressuposto e às definições acima apresentadas, é possível visualizar que a relação língua-externalidade estabelece-se como ponto de sustentação para a Sociolinguística. Alkmim (2008, p. 23) assevera que Saussure, mesmo excluindo “toda consideração de natureza social, histórica e cultural na observação, descrição, análise e interpretação do fenômeno linguístico”, não deixou de reconhecer a relação linguagem-sociedade, mas não a considerou como determinante. Disso, decorre o fato de que, como afirma a sociolinguista:

Saussure institucionaliza a distinção entre uma Linguística Interna oposta a uma Linguística Externa. É essa dicotomia que dividirá [...] o campo de estudos linguísticos contemporâneos, em que orientações formais se opõem a orientações contextuais, sendo que estas últimas se encontram fragmentadas sob o rótulo das muitas interdisciplinas: Sociolinguística, Etnolinguística, Psicolinguística etc. (ALKMIM, 2008, p. 24).

Assim entendida – como Linguística Externa de orientação *contextual* – a Sociolinguística toma a língua cruzando-a com fenômenos (ou variáveis) sociais, estes tratados como contextuais. Há a relação língua e sociedade posta. Mas a língua e a sociedade estão em lugares diferentes, devendo ser associadas quando necessário. A esse tipo de programa, disciplina ou campo de estudo que, tratando da língua, trata do social colocando-o como exterior, contextual e não constitutivo da linguagem, Pêcheux e Gadet (2011)<sup>5</sup> vão chamar de *sociologismo*.

O sociologismo e o seu oposto, o *logicismo*, constituem, para Pêcheux e Gadet (2011), as vias a partir das quais a linguística tem se desenvolvido desde sua pré-história. Um desenvolvimento que torna a história da linguística marcada por uma espécie de luta entre as vias citadas. Assim, de múltiplas e diferentes maneiras, na história da linguística, o conhecimento da linguagem a partir das teorias linguísticas oscila pendularmente entre o logicismo que autonomiza a língua, e o sociologismo que põe a língua na dependência do indivíduo e da situação de uso.<sup>6</sup> Este é um confronto circular que restringe o próprio da língua a um debate infundável o qual, sustentado pelo seu caráter de cientificidade, não permite atravessar as ideologias que recobrem os posicionamentos teóricos em confronto<sup>7</sup> (cf. PÊCHEUX, GADET, 2011; ORLANDI, 1999).

Tal reflexão encaminha-se fazendo ver que a Sociolinguística “traz uma falsa solução a um verdadeiro problema” (PÊCHEUX, GADET, 2011, p. 298). Mesmo confrontando as teorias formais (em especial, o gerativismo) pela afirmação de que elas nada têm a dizer sobre a relação entre a língua e formação social, a Sociolinguística, estando numa cadeia que retoma outras perspectivas sociologistas, não desloca

a reflexão linguística deste impasse<sup>8</sup> configurado entre a autonomia da língua *versus* a língua em contexto.

Assim, a Sociolinguística vai se configurar no desenvolvimento da Linguística atual como um dos campos de atualização da via sociologista. Ela, nesse contexto, desenvolverá aportes teóricos e metodológicos próprios que atualizam a ciência linguística, mas que retomam questões colocadas há bastante tempo. Nas palavras de Mattos e Silva (2004, p. 299) “embora a variação e a mudança tenham sido intuídas desde tempos imemoriais [...] será a sociolinguística da segunda metade do século XX que irá desenvolver uma teoria e uma metodologia precisa e detalhada para a explicação da inter-relação entre os fenômenos de variação e mudança”.

No que concerne ao desenvolvimento da Sociolinguística no Brasil, uma vertente em especial, a variacionista, se consolidará como a principal vertente deste campo teórico disciplinar. Sua influência poderá ser percebida não somente no caráter das pesquisas sociolinguísticas brasileiras, mas, também, na formulação de currículos de graduação e de pós-graduação, a partir dos anos de 1970, bem como na formulação de políticas linguísticas posteriores.

A Anthony Naro, um dos autores envolvidos no debate que aqui busco analisar, atribui-se um papel fundamental no estabelecimento da Sociolinguística no Brasil. Seu nome constitui um “nome de autor” (FOUCAULT, 1992, p. 34) muito importante na história (Sócio)linguística brasileira, pois: “a partir dos inícios dos anos setenta se integram na Linguística brasileira os projetos sociolinguísticos de orientação sobretudo americana, iniciados, no Rio de Janeiro, sob a orientação segura de Anthony Naro” (MATTOS E SILVA, 1999, p. 156).

No Brasil, já se desenvolviam o Estruturalismo linguístico, desde a década de 1950, e, a partir de meados de 1960, os atlas linguísticos no âmbito da Dialetoлогия urbana. Neste cenário, as pesquisas que começam a se desenvolver sob a designação “Sociolinguística” objetivam descrever materiais empíricos da língua portuguesa, observando sua diversidade e levando em conta os fatores linguísticos (como pretendia o estruturalismo) e os fatores geográficos (como visava a Dialetoлогия). Mas, tudo isso, sem deixar de priorizar as

variedades sociais e suas bases históricas relacionadas à formação da sociedade brasileira (cf. MOREIRA E SILVA, 2013).

Moreira e Silva (2013) historia que a consolidação da perspectiva variacionista no Brasil foi responsável pelo atual panorama teórico da linguística brasileira que progressivamente foi desconstruindo a ideia da homogeneidade da língua pela adoção e absorção da ideia de *diversidade*. Anthony Naro, como um dos fundadores da Sociolinguística no Brasil e formador de outros muitos pesquisadores, tem relação direta com isto.

Dante Lucchesi, que ocupa a outra posição no debate aqui analisado, está entre os pesquisadores formados por Anthony Naro<sup>9</sup>. Já em sua tese de doutoramento ele desenvolvia as ideias que, posteriormente, seriam confrontadas por este que havia sido seu orientador. Mesmo antes de ter defendido sua tese, suas ideias já chamavam atenção como possibilidade de abrir outra frente de trabalho nas pesquisas sociolinguísticas brasileiras. As palavras de Mattos e Silva (1999, p.158) permitem perceber isso:

Diretamente relacionada à nossa sócio-história pregressa vem se desenvolvendo uma outra orientação de pesquisa histórico-diacrônica que, a partir dos dados sincrônicos de comunidades afro-brasileiras isoladas, busca testar a hipótese da criouliização prévia dessas comunidades, sem, no entanto, buscar generalizar a hipótese para todo o chamado português popular brasileiro. Trabalhando com metodologia variacionista sobre fatos sintáticos, a partir de recolha de campo rigorosa, essa orientação foi iniciada e está sendo implementada por um dos que melhor conhecem crioulos de base portuguesa, Alan Baxter, da Universidade de La Trobe, Austrália. No Brasil, tem tido como base a Universidade Federal da Bahia e, nela, o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*. Seu assistente de pesquisa no Brasil, Dante Lucchesi, já está desenvolvendo sua tese de doutoramento nesse campo, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Anthony Naro.

As condições de produção que traço até aqui me permitem considerar seis questões importantes: i) buscar explicar a relação entre



a língua e sociedade é fundamental para a Sociolinguística; ii) nesse campo disciplinar, essa relação não é vista como constitutiva, mas como contextual o que implica no fato de que a língua é reflexo das estruturas sociais e sua variação e mudança são sistematizáveis; iii) disso, decorre que a Sociolinguística configura-se no quadro do sociologismo, mantendo a discussão sobre os fatos linguísticos num debate circular que é recoberto pela ideologia do Estado; iv) no Brasil, é a vertente variacionista (aquela busca sistematizar a variação e a mudança pela investigação em dados empíricos) que vai se consolidar e ser disseminada; v) tal vertente tem Anthony Naro como importante personalidade, sendo ele mesmo orientador de doutorado de Dante Lucchesi o qual, por sua vez, será visto como importante nome no desenvolvimento de novas ideias para o campo; vi) assim, se, por um lado, Anthony Naro entra na cena científica da linguística brasileira de tal modo que passa a constituir um nome de autor, de outro lado, Dante Lucchesi estaria entre aqueles que, pelo mesmo funcionamento de autoria, poderia influenciar o horizonte de projeção da Sociolinguística brasileira.

### 3. Saberes em jogo: um gesto analítico

Diferentes perspectivas teóricas acerca do que se pode chamar de *antagonismo* permitiram tratar do debate em questão. De uma perspectiva linguístico-discursiva, Maingueneau (2007) nos possibilitaria falar em *interincompreensão*, gesto a partir do qual uma polémica se instaura quando “um discurso segundo se institui contra o discurso primeiro” (MAINGUENEAU, 2007, p. 111). Já Rancière (1996), ao propor o *desentendimento*, apresenta-nos um método filosófico em que “a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre as condições daqueles que o constituem como objeto” (RANCIÈRE, 1996, p. 13).

Contudo, tanto Maingueneau, quanto Rancière nos levariam a desconsiderar o funcionamento do *equivoco* e da *contradição* como constitutivos da linguagem, da história e, conseqüentemente, do sujeito. Esses pensadores, ao abordarem o antagonismo, cada qual a seu modo, compreendem o sujeito que enuncia com aquele que tem total entendimento do conteúdo de seu dizer que, por sua vez, é *deturpado* pelo seu interlocutor em confronto<sup>10</sup>. Tal posicionamento,

por desconsiderar o equívoco e a contradição, poderia nos fazer negligenciar dois posicionamentos caros à perspectiva discursiva que, na relação com a História das Ideias Linguísticas, adoto aqui: i) o sujeito não é a origem dos sentidos, embora tenha a ilusão de ser, podendo o sentido sempre ser outro; e ii) “não há ritual sem falha” (PÊCHEUX, 1990, p. 17), visto que a incompletude é o real da língua e a contradição é o real da história.

É por isso que, para ser consequente com estes posicionamentos, na análise que segue busco considerar as sequências discursivas (SD)<sup>11</sup> abaixo como constituintes de um *discurso*, o discurso da prática científica que “não é indiferente às condições em que sua prática se constitui, não sendo homogênea e sendo sensível a processos científicos que derivam de histórias particulares, regionais, ou melhor, territorializadas” (ORLANDI, 2009, p. 122). Em outras palavras, não se nega aqui o intenso trabalho de elaboração teórica de Naro e Scherre, de um lado, e Lucchesi, de outro, em suas buscas por dar conta de um *objeto* (neste caso, a *língua* tal como ela é dita no saber da Sociolinguística). Contudo, é importante pontuar que, ao tomar suas elaborações, trato-as como *discurso teórico*. E, assim, por esse gesto teórico-analítico, creio poder buscar os *efeitos de sentidos* demandados no saberes que estão em jogo no debate em questão, sem me descuidar do fato de que tais saberes estão emaranhados no complexo processo sobredeterminado pela(s) teoria(s).

O *corpus* é constituído por excertos do livro, *Origens do português brasileiro*, de Naro e Scherre (2007) e do texto, *A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica*, de Lucchesi (2012). Esses textos têm uma relação bastante forte e tensa, sobretudo porque o texto de Lucchesi é uma resposta à publicação de Naro e Scherre. A obra de Naro e Scherre reúne uma gama de textos, em geral apresentações em eventos nacionais e internacionais da área, a partir dos quais “analisando cuidadosamente o conceito da ‘transmissão linguística irregular’, os autores o rejeitam, por encarar algo de negativo, de anormal, propondo em seu lugar a hipótese da *nativização*, para explicar como uma comunidade adquire uma nova língua” (CASTILHO, 2007, p. 15). O texto de Lucchesi, por seu turno, é, como pontuei, uma resposta a essa publicação, já que “a maior resistência à pesquisa sócio-histórica que busca precisar o papel

do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira tem sido levantada surpreendentemente por dois dos maiores sociolinguistas do Brasil: Anthony Naro e Marta Scherre” (LUCCHESI, 2012, p. 212)<sup>12</sup>.

Para recortar as SD, busquei regularidades que respondessem às seguintes perguntas: a) como os textos apresentam seus posicionamentos frente à questão da mudança linguística?; b) como estão textualizados os posicionamento frente à teoria em confronto?; c) como está textualizada a fundamentação teórica de cada texto? e; d) como a fundamentação teórico-analítica para a sustentação das propostas estão apresentadas? Tais perguntas foram formuladas pelo atravessamento de uma questão maior já aqui enunciada: quais saberes sobre a língua estão em jogo neste debate sociolinguístico?

### 3.1. Confrontando o material

Da perspectiva teórico-analítica que assumo, pensar a constituição histórica das ideias linguísticas não é pensar em termo de origem, influência ou genealogia. O movimento que se busca fazer é o de compreender os processos de *filiação histórica* dos discursos em suas relações como o saber. Com base nisso, minha compreensão estabelece-se a partir da identificação dos modos como esses processos de filiação são construídos. O material analisado, que discursiviza um enfretamento, permite visualizar variados processos de identificação que trabalham uma rede de filiações no batimento entre *negar* e *afirmar*, *apagar* e *salientar*, *concordar* e *discordar* etc.

É justamente seguindo as pegadas deste processo de filiação que será possível identificar e analisar quais saberes estão sendo negados ou afirmamos no debate em questão. Esse movimento de filiações marca-se fortemente no modo como os sociolinguistas aqui estudados textualizam seus posicionamentos teóricos, suas propostas, suas compreensões em torno dos gestos teórico-analíticos do outro em confronto. Isso porque, conforme salientei mais acima, há aqui a materialização do *discurso teórico*, discurso instituído a partir de um “componente teórico” (marcado por representações, mas, principalmente, pelo valor dos dados – empíricos – e dos processos de seleção desses dados) e um “componente prático” (marcado

fundamentalmente por valores e normas) (cf. AUROUX, 2008, p. 129).

Quero chamar atenção para o que, a meu ver, constitui uma regularidade discursiva que chamo de *processo conjugado de negação e afirmação*. O problema da mudança linguística e a formação do que se chama, em ambos os lados, de *português popular brasileiro* é central na discussão. De comum, estão os pressupostos de base da Sociolinguística: as línguas mudam, elas não são homogêneas, elas passam por processos de variação, têm história interna e externa etc. Também em comum está a legitimidade da prática científica empirista. Porém, é justamente nesse aspecto que aparece, a meu ver, o processo de afirmação/negação. Isso porque os sociolinguistas em questão, ao mesmo tempo em que afirmam a validade empirista dos dados que fundamentam suas propostas, negam essa validade para o outro em confronto teórico.

As SD abaixo buscam mostrar como esse processo se dá no material analisado.

### SD1:

Vamos agora examinar a **possibilidade de ter havido** um processo de ‘transmissão linguística irregular’ com a língua portuguesa, em suas variedades populares, no Brasil. Do ponto de vista do longo prazo, **a resposta sem dúvida parece ser positiva**. De fato, a grande maioria dos antepassados dos atuais falantes brasileiros do português tinha outra língua materna, fosse o tupi, o ewé, o francês, o holandês, o espanhol, o italiano, o alemão, o árabe ou o japonês, para mencionar apenas umas poucas possibilidades. Para a comunidade como um todo, houve uma descontinuidade: o português substituiu outras línguas maternas no processo que denominamos NATIVIZAÇÃO. No nível do indivíduo, também **é lícito pressupor** que **deve ter havido** aquisição da língua portuguesa por adultos, em larga escala, durante cinco séculos de existência do Brasil, assim caracterizando a ‘transmissão linguística irregular’. Outra fonte de ‘transmissão linguística irregular’ **seria** a existência de um estágio de caos verbal, possivelmente causado pela presença de línguas estruturalmente diversificadas

no setor dominado, **mas não temos quaisquer evidências para sugerir que isto tenha acontecido em algum momento.** (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143) (grifos meus)

**SD2:**

No caso do Brasil, as condições sociais foram propícias a uma fase de pidginização da língua portuguesa? **Se houve** um pidgin de base lexical portuguesa, quais eram seus elementos estruturais formadores? Houve simplificação por parte dos falantes do português? A situação extralingüística permitiu a estabilização de interferências estruturais de outras línguas? **Se for o caso**, quais seriam elas? Deu-se criouliização (ou nativização) na base de fala pidginizada? Entrou em cena a faculdade da linguagem? Algum universal **chegou a dominar** um estágio caótico ou influenciou durante a aquisição? Quais eram as variações presentes nos dialetos colonos europeus? // **O fato é que não temos como responder com segurança a todas estas perguntas por uma razão intransponível: trata-se de épocas pretéritas, para as quais não existe documentação histórica adequada.** (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143-144) (grifos meus).

**SD3:**

**Na ausência da pidginização estabilizada, a maioria das outras perguntas anteriormente formuladas se torna irrelevante.** (NARO, SCHERRE, 2007, p. 143-144) (grifos meus).

**SD4:**

No ano de 1992, Alan Baxter e Dante Lucchesi iniciam um trabalho de campo junto a comunidades rurais afro-brasileiras isoladas do interior do Estado da Bahia, algumas delas oriundas de antigos quilombos, **para recolher evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro.** Mais de quinze anos depois, essas pesquisas resultaram na publicação de um expressivo volume *O*

*português afro-brasileiro* (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009). O livro reúne **os resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe** da fala de quatro comunidades rurais afro-brasileiras isoladas de diferentes regiões do interior do Estado da Bahia. (LUCCHESI, 2012, p. 249) (grifos meus).

#### **SD5:**

[...] o livro reúne **uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro.** (LUCCHESI, 2012, p. 249) (grifos meus).

#### **SD6:**

**Apesar dessa forte articulação entre fundamentação teórica, interpretação histórica e uma grande massa de dados empíricos, a pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil teve de enfrentar muitas resistências e desconfianças,** em grande parte devidas à forte tradição formalista que remonta ao nascimento da Linguística Moderna, quando Saussure decretou que a língua deveria ser analisada apenas em função de sua lógica interna. (LUCCHESI, 2012, p. 250). (grifos meus).

#### **SD7:**

Em face de todos esses problemas, pode-se perceber por que, após o artigo de 1993, **Naro e Scherre concentraram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra-exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil.** Naro e Scherre, então, concentraram-se em duas frentes de pesquisa empírica correlacionadas. De um lado, buscaram demonstrar que a variação na concordância verbal já existia no português arcaico, portanto não poderia ter sido desencadeada séculos depois, no processo de colonização do Brasil. Por outro lado, buscaram encontrar sinais de variação na concordância

nominal e verbal em variedades populares do português europeu contemporâneo, o que garantiria a continuidade do fenômeno, via deriva linguística, independentemente do contato entre línguas. // Porém, até hoje, **os fatos que Naro e Scherre conseguiram sistematizar não têm sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil. Os dados do português arcaico têm recebido questionamentos de natureza filológica e os dados das variedades rurais e populares do português europeu contemporâneo vão de encontro à opinião corrente na comunidade de linguistas portugueses.** // De qualquer forma, uma *flutuação rarefeita* no emprego das regras de concordância nominal e verbal que Naro e Scherre **alegam existir em todas as fases do português europeu** até a atualidade constitui, evidentemente, um fenômeno qualitativamente distinto da *variação maciça* que se observa nas variedades populares do português brasileiro. (LUCCHESI, 2012, p. 268-269). (grifos meus).

Conforme pontuei acima, aqui a qualidade/validade dos dados empíricos está em jogo e, sobre isso, constitui-se o processo de afirmação/negação. De um lado, procura-se mostrar a falta de dados empíricos ou de “quaisquer evidências” (SD1) que comprovem o processo de transmissão linguística irregular. Na contraparte, afirma-se “uma grande massa de dados empíricos” (SD6) que fundamenta a “pesquisa sobre a relevância do contato entre línguas na formação do português no Brasil” (SD6). Nota-se aqui um primeiro aspecto de filiação que se dá no batimento *afirmação-negação*.

A evidência da empiria como o método teórico-analítico válido marca-se como um saber que sustenta a possibilidade de se falar em mudança linguística no âmbito da Sociolinguística. Mais do que um método que precisa ser (re)afirmado, ele é a possibilidade mesma de que uma prática sociolinguística possa acontecer. Faz parte então, no jogo discursivo que se estabelece no debate em questão, *afirmar* o saber empirista ao mesmo tempo em que se *nega* a existência deste no lado a que se faz oposição. Tal negação se estabelece na medida em

que se diz que “o outro lado” não possui *dados* empíricos para sustentar sua posição.

Assim, por um lado, Naro e Scherre buscam pontuar a inexistência de evidências empíricas no trabalho de Lucchesi, colocando sempre a transmissão linguística irregular no plano da possibilidade, do hipotético, da pressuposição. Nesse sentido, na SD1 lemos “possibilidade de ter havido”, “parece ser positiva”, “é lícito pressupor”, “deve ter havido”, mas o arremate é contundente: “não temos quaisquer evidência para sugerir que isto tenha acontecido em algum momento”. Na SD2, lemos “Se houver”, “se for o caso” e a conclusão: “o fato é que não temos como responder como segurança a todas essas perguntas por uma razão intransponível: trata-se de épocas pretéritas, para as quais não existe documentação histórica adequada”. Sendo, desse modo, irrelevante qualquer questionamento a esse respeito (SD3).

Lucchesi, por seu turno, contesta pela afirmação de um plano de pesquisa pautado pela rigidez na recolha de dados empíricos, publicização de resultados e, também, pela crítica à fundamentação e validade empírica dos dados de Naro e Scherre. Assim, lemos na SD4 o histórico de sua pesquisa em que, junto às comunidades rurais afro-brasileiras, foi feita a “recolha de evidências empíricas que comprovassem o efeito de mudanças induzidas pelo contato na formação das variedades populares do português brasileiro”, tendo como resultado um a “publicação de um expressivo volume” com “resultados de análises de dezesseis aspectos da morfossintaxe”. O reforço que é dado às evidências empíricas está na SD5 na qual lemos que sua publicação reúne “uma expressiva quantidade de evidências empíricas de que o contato entre línguas desempenhou um papel central na formação das variedades populares do português brasileiro”.

Após afirmar essa qualidade em seu trabalho, vemos, na SD7, o processo de negação dos dados do outro. Lucchesi procura evidenciar que os dados das pesquisas de Naro e Scherre “concentram todos os seus esforços, não para reunir evidências empíricas que apoiassem a hipótese da deriva, mas em coletar fatos que servissem como contra-exemplos da participação do contato linguístico na formação do português popular do Brasil” e ainda que “os fatos que Naro e Scherre



conseguiram sistematizar não tem sido reconhecidos como evidências incontestes contra o papel que o contato entre línguas teria desempenhado na formação do português do Brasil.”

O empirismo que é reivindicado na formulação dos sociolinguistas (e negado ao outro em confronto) corresponde ao aspecto “intangível” (AUROUX, 2008, p. 127) da objetividade do conhecimento. Tal objetividade, que recupera uma modalidade epistêmica positivista, pressupõe que a produção do conhecimento não deve admitir subjetividades. Seria, pois, o conhecimento objetivo se: fosse universal (isto é, fosse o mesmo a todos), fosse um bem (no sentido jurídico da expressão), fosse transmissível (suficientemente claro a ponto de ser repassado) e, por fim, intangível (verdadeiro, porque construído em bases empíricas incontestáveis). “Aquilo que é verdadeiro é sempre verdadeiro” dirá Auroux (2008, p. 127).

Negar a evidência da validade do empirismo seria negar as filiações de suas pesquisas a um dos projetos teóricos mais fecundos na história das ideias sociolinguísticas do Brasil: a vertente variacionista laboviana. Seria falar de uma outra posição discursiva. É a vertente sociolinguista laboviana que vai fundamentar-se em padrões baseados em modelos matemáticos para a interpretação de dados empíricos (cf. LABOV, 2008). E lembremos que “pelo contato [de Anthony Naro] com os trabalhos desenvolvidos por William Labov na Universidade de Chicago, ainda no início da década de 70 passam a se integrar na linguística brasileira projetos sociolinguísticos de orientação variacionista” (MOREIRA E SILVA, 2013, p. 5, grifo meu.).

“Considerando, portanto, que a língua é *diretamente* observável, a sociolinguística centra sua análise nos *dados*” (ORLANDI, 2013, p. 49). Nesse sentido, o saber empirista mostra-se historicizado na Sociolinguística brasileira, de modo que negar a existência deste saber na pesquisa de qualquer pesquisador inserido nesse campo seria negar sua própria identificação enquanto sociolinguista. São os dados empíricos que demonstram e comprovam, na sociolinguística (sociologicista), a ideia de que linguagem e sociedade se demandam.

Feita esta primeira análise, gostaria de pontuar um outro processo que também se sustenta na regularidade da afirmação-negação. É possível perceber um intenso trabalho de construção e desconstrução

nas filiações aos horizontes de retrospectção e projeção. Um trabalho com a memória discursiva em que há já-ditos a serem negados e afirmados. Esse trabalho com a *memória Lingüística*, isto é, com o conjunto de já-ditos, assimilados, esquecidos, operados etc., que contorna o saber dos linguistas sobre a língua, pode ser mais bem contemplado quando voltamos nosso olhar para o modo como os pesquisadores em questão textualizam suas filiações teóricas e as filiações do outro em confronto. Esse trabalho com as filiações que toca os horizontes de retrospectção projeção da Sociolingüística pode ser visualizado nas próximas SD:

### SD8:

Neste capítulo, temos como objetivo principal fazer algumas reflexões a respeito da origem do português popular do Brasil, apresentando evidências históricas, lingüísticas e sociais. **Nossa posição se resume na frase CONFLUÊNCIA DE MOTIVOS: vemos a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda da África – que, juntas, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil.** Embora com diferenças de foco, hoje em dia essa posição parece-nos quase consensual (Matos e Silva, 1992:86; Guy, 1989:6; Bortoni-Ricardo, 1981:81). Todavia, **não atribuímos papel algum a um suposto crioulo de base lexical portuguesa, entendido como uma língua falada pela comunidade negra e estruturalmente diferentes da de outras etnias. Além de outra força em interação como a deriva secular trazida da Europa, parece-nos oportuno lembrar também do papel dos índios, o das demais etnias presentes no Brasil e a contribuição pidginizante dos primeiros colonos portugueses.** (NARO, SCHERRE, 2007, pp. 25-26) (grifos meus).

### SD9:

**Assumimos neste livro a conhecida noção de deriva lingüística nos termos de Sapir (1949/1921: 145-170). Segundo este autor, “a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva.”** (p. 150). À

p. 115, ele argumenta que, embora não percebamos, “nossa língua tem uma inclinação” [...], “**as mudanças dos próximos séculos estão em certo sentido prefiguradas em certas tendências não perceptíveis do presente** (p. 155).” (NARO, SCHERRE, 2007, p. 26) (grifos meus).

### **SD10:**

Em verdade, a **‘transmissão linguística irregular’**, é um processo atestado em larga escala na história humana e costuma acontecer com qualquer movimento populacional ou de conquista significativa. Temos exemplos não apenas na expansão comercial europeia e na posterior colonização que se iniciou no século XV, e que resultou nas línguas tradicionalmente rotuladas como crioulos, a exemplo do francês no Haiti ou no oceano Índico; o inglês na Jamaica, na Papua-Nova Guiné, ou na China; o português na Guiné-Bissau, na Índia, em Cabo Verde. A romanização da Europa, a expansão das línguas banto e germânicas no sul da África, por exemplo, também constituem exemplos legítimos da ‘transmissão linguística irregular’. **É até possível que a ‘transmissão linguística regular’ seja o caso marcado ao longo da história**, valendo integralmente apenas para lugarejos isolados situados no topo de uma montanha enorme. **O termo ‘irregular’, DE CLARA CONOTAÇÃO NEGATIVA**, dá a impressão falsa de se tratar de um fenômeno anormal, errático, imprevisível. **O termo mais apropriado para rotular a aquisição de uma nova língua por uma comunidade seria ‘NATIVIZAÇÃO’**, já que, em algumas circunstâncias, o que costuma acontecer de fato é que uma língua vinda de fora se torna a língua nativa da comunidade, que perde parcial ou totalmente a plena funcionalidade de suas línguas maternas anteriores (NARO, SCHERRE, 2007, p. 140) (grifos meus).

Nas SD discursivas acima apresentadas, Naro e Scherre afirmam sua posição, designando-a (em letras maiúsculas) como “confluência de motivos” (SD8). Um posicionamento que se ancora no saber

sociolinguístico o qual postula a explicação dos fenômenos linguísticos considerando vias diversas: tanto linguísticas, quanto sociais. Interessante é notar que essa confluência de motivos é textualizada como “a atração de forças de diversas origens – algumas oriundas da Europa; outras da América; outras, ainda da África – que, *juntas*, se reforçaram para produzir o português popular do Brasil” (SD8). Uma posição que é dita como consensual e que poderia ser interpretada como *contato entre línguas* (línguas de diversas origens *juntas*), mas que não é dita dessa forma.

Assim, embora se mostrem filiados a um posicionamento consensual na Sociolinguística (aquele para o qual é importante está atento para o contato de diferentes línguas), Naro e Scherre textualizam esse posicionamento de uma maneira branda, sem mencionar a palavra *contato* e reafirmando a deriva secular ou deriva linguística como “outra força em interação” (SD8).

Na SD9, a filiação ao pensamento do linguista Edward Sapir fica explicitado. Essa filiação diz respeito ao horizonte de retrospectão do posicionamento teórico de Naro e Scherre. Se um texto “é convocado para a explicação da constituição de um saber é porque ele goza, por definição, do estatuto de vestígio na relação com o horizonte de retrospectão desse saber” (FEDATTO, 2014, p. 20).

Esse processo de filiação que mexe com os horizontes de retrospectão no trabalho de Naro e Scherre é bastante interessante: i) os autores, enquanto sociolinguistas que são, estão atentos à importância dos contextos linguísticos de contato de línguas, embora não os considerem como exclusivos ou determinantes, ficando esse reconhecimento implícito; ii) por outro lado, a filiação ao pensamento de E. Sapir aparece de maneira explícita, constituindo-se como um vestígio na relação com o horizonte de retrospectão da teoria; iii) nesse contexto, a transmissão linguística irregular, como um conceito diretamente ligado à situação de contato entre línguas, é textualizado como um “um processo atestado em larga escala na história humana” (SD10), mas que só vale integralmente “apenas para lugarejos isolados situados no topo de uma montanha enorme” (SD10).

Não há aqui uma clara negação do conceito de transmissão linguística irregular. Mas ele também não é completamente afirmado.

Há uma efetiva restrição quanto ao seu papel na configuração das mudanças estruturais das línguas, bem como a descaracterização deste conceito pela sua alegada “conotação negativa” (SD10), motivo pelo qual este deveria receber uma nova designação, “nativização”(SD 10).

Na contraparte, creio ser possível dizer que a contra argumentação promovida por Lucchesi trabalha favorecendo a negação dos horizontes de retrospecto aos quais a teoria de Naro e Scherre filia-se, afetando, conseqüentemente, os horizontes de projeção da Sociolinguística.

### **SD11:**

Lucchesi (2002 e 2009) tem argumentado que as condições particulares **da formação da sociedade brasileira não deram ensejo a um processo geral e duradouro de criouliização do português**, apesar das similaridades entre o Brasil Colonial e algumas sociedades agro-exportadoras do Caribe onde vicejaram muitas das línguas crioulas hoje conhecidas. Porém, essas mesmas condições possibilitaram que as alterações produzidas pela aquisição defectiva do português como segunda língua por parte de milhões de índios aculturados e africanos escravizados se espraiassem na variedade de português que se formou entre os descendentes desses índios e africanos cuja resultante histórica na atualidade são as variedades populares do português do Brasil. Dessa forma, **a formação do português popular brasileiro deve ser compreendida como um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, e não como um processo de transmissão linguística irregular radical, que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas.** Diferentemente do processo radical, **a transmissão linguística irregular de tipo leve se caracteriza não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na pidginização/criouliização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional.** Assim, os efeitos mais notáveis do processo de transmissão linguística irregular do português brasileiro contemporâneo se concentrariam no maciço processo de variação no emprego das

regras de concordância nominal e verbal. (LUCCHESI, 2012, p. 249-250) (grifos meus).

### **SD12:**

Assim, deslinda-se um processo histórico que relaciona a simplificação morfológica da fala popular brasileira com o contato linguístico massivo e radical engendrado pela estrutura social da colonização do Brasil. Essa origem comum aproxima o português popular brasileiro das línguas crioulas da África e do Caribe. Entretanto, **os dados históricos disponíveis permitem afirmar que não houve processos de criouliização socialmente representativos e perenes do português no Brasil, o que não descarta a hipótese da ocorrência de processos localizados e efêmeros de pidginização/criouliização do português, sobretudo nas sociedades agro-exportadora do nordeste brasileiro, no século XVII** (cf. LUCCHESI; BAXTER, 2006; e LUCCHESI, 2009). Portanto, para compreender como o contato afetou as variedades populares do português brasileiro, **é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/criouliização versus evolução interna**. Ou seja, **é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato** (LUCCHESI, 2012, p. 254) (grifos meus).

### **SD13:**

A teoria contida no conceito de transmissão linguística irregular permite articular as similitudes nas condições sócio-históricas em que se formaram as variedades populares do português (particularmente o português afro-brasileiro) e os crioulos portugueses da África com as notáveis correspondências linguísticas aqui apresentadas, **de forma a descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados** pela história oficial da língua. Essa

perspectiva também **rompe com os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites.** (LUCCHESI, 2012, p. 256) (grifos meus).

#### **SD14:**

**Ao contrário do que se espera de sociolinguistas, Naro e Scherre minimizam a ação dos chamados fatores externos, como o contato entre línguas, identificando como móvel para a formação do português brasileiro as tendências internas ao sistema linguístico e buscando sua fundamentação teórica no conceito de *deriva linguística* do estruturalismo norte-americano do início do século XX.** Dessa forma, Naro e Scherre **resgatam a visão imanentista**, segundo a qual a história de uma língua é regida pela lógica de sua estrutura interna. A língua, assim concebida, desenvolve-se de forma autônoma em uma direção prefigurada, e os contextos históricos e sociais que determinam o seu uso apenas podem acelerar ou retardar essas tendências internas. Tal visão predominou na Linguística Moderna durante a hegemonia do modelo estruturalista, mas perdeu qualquer sustentação teórica, com a superação do Estruturalismo, sendo exatamente a fragilidade de suas formulações sobre a mudança uma das principais causas da crise e da superação desse modelo no desenvolvimento da Linguística Moderna (cf. LUCCHESI, 2004). (LUCCHESI, 2012, p. 257) (grifos meus).

Na SD11, encontramos uma concepção de transmissão linguística irregular que apresenta elementos diferentes daqueles apresentados por Naro e Scherre. O conceito de transmissão linguística irregular aparece aqui sendo predicado pelo especificador “de tipo leve” (SD11). Tal especificador surge para diferenciar o processo de “transmissão linguística irregular radical que está na origem das línguas pidgins e crioulas típicas” (SD11) do processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, caracterizado “não por uma reestruturação original da gramática, como ocorre na

pidginização/crioulização, mas por uma erosão dos mecanismos gramaticais que não têm valor informacional” (SD11).

Novamente, é possível ver aqui o movimento da afirmação-negação de que falei anteriormente. Pela predicação “de tipo leve”, Lucchesi, tal qual Naro e Scherre, afirma a impossibilidade de se postular o processo de transmissão linguística irregular na formação do português popular do Brasil. Mas essa afirmação funciona de maneira diferente, porque não se trata de negar o conceito, apenas de relativizá-lo: ele é “de tipo leve”. Por esta mesma predicação, o texto de Lucchesi nega a interpretação que o texto de Naro e Scherre faz de sua proposta. É como se estivesse afirmando um processo de leitura mal conduzido por parte daqueles que lhe fazem oposição, os quais “não conseguiram perceber” que ele assume o conceito supracitado relativizando-o.

Nesse sentido, do mesmo modo em que Lucchesi admite a impossibilidade de se conceber o processo de transmissão linguística irregular na formação do português brasileiro, tal como já haviam apontado Naro e Scherre, seu discurso produz como efeito de sentido um caminho outro: se é mostrado que o conceito de transmissão linguística irregular em sua vertente estrita não pode ser aplicado à realidade do português do Brasil, tendo este conceito que ser relativizado, então há um “problema de leitura” naqueles que não reconhecem a especificidade teórica da proposta apresentada.

É assim que o texto de Lucchesi vai produzir como efeito a negação dos horizontes de retrospectção da teoria proposta por Naro e Scherre para por em outra direção os horizontes de projeção da Sociolinguística: i) “é preciso superar a estreita dicotomia pidginização/crioulização versus evolução interna (SD12)”; ii) “é preciso pensar que existe uma graduação na intensidade dos processos de contato entre línguas determinando um gradiente de variedades linguísticas que se formam nessas situações de contato” (SD12).

Ao apontar essas necessidades, o texto de Lucchesi tenta projetar uma nova via para a Sociolinguística brasileira. Nesse processo, seu texto *nega* a atribuição que é dada à teoria a que ele se filia (“é de clara conotação negativa”), para *afirmar* que sua proposta tem pretendido “descortinar um profícuo campo de pesquisa sobre a história sociolinguística do Brasil que contempla a diversidade étnica



da sociedade brasileira e incorpora setores que sempre foram marginalizados pela história oficial da língua” (SD13). E, sendo assim, sua proposta romperia “os limites de uma história única do português brasileiro das análises diacrônicas formalistas que se baseiam exclusivamente em registros históricos da língua das elites” (SD13)<sup>13</sup>. Não obstante, sua proposta também indicaria o *novo* visto que se opõe ao resgate da “visão imanentista” (SD14) que se atribui a Naro e Scherre, “ao contrário do que se espera de sociolinguistas” (SD14). Visão esta que deveria ser superada, tendo em vista o desenvolvimento mesmo da Linguística e da Sociolinguística como disciplina que reconhece a relação língua-sociedade.

#### 4. Saberes historicizados?

O processo analítico a que me propus neste texto permitiu-me adentrar em uma discussão que certamente ainda produzirá outros novos dizeres os quais, por sua vez, mexerão e remexerão nos horizontes de retrospecto e projeção do saber (sócio)linguístico brasileiro. No ano de 2009, tive a oportunidade de presenciar a exposição que Lucchesi fez do texto que aqui trouxe como material de análise em uma mesa redonda da qual também participavam Naro e Scherre. Nessa ocasião, pude perceber como a compreensão das origens do português popular do Brasil mobiliza estes pesquisadores e muitos outros.

Conforme pontuei acima, a teoria de Lucchesi busca se estabelecer como a possibilidade de um outro (novo?) percurso na historicização (horizonte de projeção) dos saberes sociolinguísticos, ao afirmar que é preciso superar a dicotomia pidginização/crioulização versus evolução interna. Uma dicotomia que parece aprisionar a discussão teórica no âmbito da Sociolinguística na busca pela compreensão das origens do português brasileiro.

Em Naro e Scherre, a compreensão é outra. Para eles, é nítido o processo de formação do português brasileiro, pois a questão já está dada na história da língua. Assim, tais estudiosos, ao colocarem essa questão como “já resolvida”, pressupõe que qualquer discussão sobre o português brasileiro deve partir desse entendimento (horizonte de retrospecto).

Acredito ser possível reafirmar o que Pêcheux e Gadet (2011) propuseram: o debate logicismo-sociologismo consome a linguística como um todo. É interessante notar que, no debate que pude trazer à baila, um dos pontos que foram discutidos está justamente no modo como uma teoria pode representar o risco da introdução dos elementos do logicismo na vertente sociologista e como esse perigo precisa ser combatido. Assim, os saberes que se historicizam no campo da Sociolinguística brasileira não podem apontar outros horizontes que não sejam aqueles filiados à via sociologista, sob o risco de que o próprio campo fique descaracterizado.

Sobre isso, é interessante notar que os sociolinguistas aqui estudados lutam, de certo modo, para a preservação de uma “essência” da Sociolinguística, apontando no outro em confronto justamente o ponto em que ele estaria negligenciando tal essência. Naro, ao denunciar, na conclusão do *Origens*, que associar traços linguísticos considerados desprestigiados aos falantes de etnias não-europeias é um indicativo de antigos preconceitos e, juntamente com Scherre, propor o termo “nativização” no lugar de “transmissão linguística irregular”, acredita estar sendo consequente com um pilar fundamental da Sociolinguística: descrever e não “prescrever”. Lucchesi, por seu turno, ao condenar em Naro e Scherre o que ele chama “imanentismo”, também acredita estar sendo consequente com um dos pilares do campo: se há uma relação entre língua e sociedade, não se pode tomar como fundamento teorias que preconizam uma explicação da língua nela mesma. Além disso, ambos tentam observar uns nos outros o ponto em que o método empregado “falha” quanto à natureza e cuidado com os dados empíricos, visto que faltar para com esse aspecto teórico-metodológico da Sociolinguística é fazê-la desaparecer: como disse, é preciso preservar a essência da teoria.

Novas perguntas se abrem para compreendermos a historicização dos saberes em jogo: como esse debate ressoa na comunidade acadêmica? Como ele a influencia em termos de atividades (currículos, programas, projetos etc.)? Sendo a Sociolinguística uma das teorias pilares na concepção de políticas linguísticas (como se pode perceber ao abrirmos os PCNs ou os editais do PNLD, por exemplo), essa polêmica vazaria para além dos muros da academia? Questões importantes que, por hora, vão ficando à deriva.

## Referências

- ALKMIM, T. (2008). “Sociolinguística: parte 1”. In.: MUSSALIM, F; BENTES, A. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v 1. São Paulo: Cortez, p. 21-47.
- AUROUX, S. (2008). *A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG.
- \_\_\_\_\_. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.
- BARBOSA FILHO, F. (2012). *A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CASTILHO, A. (2007). “Prefácio”. In: NARO, A; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 9-15.
- COURTINE, J. (2009). *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUSFCAR, 2009.
- DUBOIS, J (et al). (1973). *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix.
- DUCROT, D; TODOROV, T. (2010). *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectiva.
- FEDATTO, C. (2014). *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- FOUCAULT, M. (1992). *O que é um autor?* Portugal: Passagens.
- LABOV, W. (2008). *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola.
- LUCCHESI, D. (2012). “A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica”. In.: LOBO, T et al (Org.). *ROSAE: linguística histórica, história da língua e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, p. 249-276.
- MAINGUENEAU, D. (2007). *Gêneses do discurso*. Curitiba: Criar.
- MATTOS E SILVA, R. (199). “Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira”. In: *DELTA*, vol.15, nº especial, p.147-166
- \_\_\_\_\_. (2004). “Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro”. In.: BAGNO, M (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, p. 291-316.

- MOREIRA E SILVA, L. (2013). “Unidade e diversidade: os sentidos do idioma nos estudos sobre a língua portuguesa”. In: Anais do VI SEAD -Seminário de Estudos em Análise do Discurso. Porto Alegre : UFRGS. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/6SEAD/PAINEI S/UnidadeEDiversidade.pdf>> Acesso em 17 nov 2014.
- NARO, A; SCHERRE, M. (2017). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- ORLANDI, E. (1999). “Conhecimento de linguagem e filosofias espontâneas”. In.: INDURSKY, F; FERREIRA, M (Org.). *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, p. 53-59.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG.
- \_\_\_\_\_. (2013). *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense.
- PÊCHEUX, M; GADET, F. (2011). “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?” In.: ORLANDI, E. *Análise do discurso: Michel Pêcheux – textos escolhidos por Eni Orlandi*. Campinas: Pontes Editores, p. 295- 310.
- PÊCHEUX, M. (1990). “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In.: *Caderno de estudos linguísticos*, n 19, Campinas: Unicamp, p. 07-24.
- RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*, São Paulo: Editora 34, 1996.

**Palavras-chave:** História das Ideias Linguísticas, sociolinguística, transmissão linguística irregular.

**Keywords:** History of Linguistics Ideas, sociolinguistic, irregular linguistic transmission.

## Notas

---

\* Doutorando em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

<sup>1</sup> Em *A revolução tecnológica da gramatização*, Aurox apresenta a noção de horizonte de retrospectção, associando-a à noção de *horizonte de projeção*. Afirma o autor que o saber possui uma espessura temporal que lhe permite um horizonte de retrospectção e um horizonte de projeção. Este último relaciona-se ao postulado de que

o saber (e as instâncias que o fazem trabalhar) antecipa seu futuro “sonhando-o enquanto o constrói” (AUROUX, 2009, p. 12).

<sup>2</sup> Este texto tem origem em meu Trabalho de Qualificação de Área que desenvolvi na linha História das Ideias Linguísticas, sob orientação do Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini. Registro aqui meu agradecimento a ele e também aos professores doutores Emílio Gozze Pagotto e Eduardo Roberto Junqueira Guimarães que compuseram a comissão avaliadora e me deram valiosas sugestões. Se permanecem equívocos, estes são de minha inteira responsabilidade.

<sup>3</sup> Político no sentido da Análise de Discurso: o político é a divisão dos sentidos.

<sup>4</sup> A obra é de 1972. Aqui, utilizo a 3ª edição datada de 2010.

<sup>5</sup> O texto é de 1977. Aqui, utilizo a tradução de 2011 publicada na coletânea de texto organizada por Eni Orlandi.

<sup>6</sup> Para Pêcheux e Gadet (2011), se realmente há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo, está via certamente se estabelece num deslocamento epistemológico que assuma o equívoco e a contradição como o “próprio da língua”. No confronto entre logicismo e sociologismo, disputa-se pelo melhor modo de explicar as questões linguísticas sempre tentando dar conta da língua em sua totalidade, partido da evidência de que isso é possível. Os autores esclarecem que, embora haja tanto na via do sociologismo quanto na própria Análise do Discurso proposta por Pêcheux a preocupação pela exterioridade (isto é, o sujeito e a situação), é preciso considerar uma diferença crucial: enquanto no sociologismo a língua em geral é um *instrumento* que pode ser manipulado pelo *indivíduo*, na Análise do Discurso é preciso “manter o próprio da língua numa relação com um sujeito de linguagem que não é sua própria origem. O sujeito discursivo” (ORLANDI, 1999, p. 57).

<sup>7</sup> Sistematizando e condensando o que Pêcheux e Gadet afirmam, Orlandi (1999) vai dizer que tanto logicismo quanto sociologismo estão recobertos pela ideologia (jurídica) do Estado (capitalista de direito): “na tendência logicista, o logicismo recobre a questão do Estado considerando as determinações jurídico-políticas como se fossem propriedades psicológicas e morais inerentes à natureza humana, universal e eterna; na tendência sociologista, as relações de trabalho e de produção são reduzidas a relações sociais que não são outra coisa senão uma psicossociologia das relações interindividuais (estatuto, papel, prestígio, atitude, motivação, etc)” (ORLANDI, 1999, p. 57).

<sup>8</sup> Pêcheux e Gadet (2011) afirmam que esse impasse não é sentido como tal, porque é comum no desenvolvimento da Linguística considerar que ela é uma área que comporta “aspectos diversos e variados, e eventualmente complementares na sua diversidade” (PÊCHEUX, GADET, 2011, p. 296). Mas, o impasse está posto: se desde a pré-história da linguística tem-se o embate formalismo-historicismo traduzido por contrapontos tais como *natureza* e *convecção*, ou mesmo no debate de tendências antagonistas (de um lado estoicos, gramáticos especulativos, Port Royal, gerativismo etc; de outro, analogistas, gramática comparada, etc.) por que contemporaneamente ainda se reproduzem tendências (em confronto) similares?

<sup>9</sup> Também Maria Marta Pereira Scherre, que juntamente com Anthony Naro escreve o texto *Origens do português brasileiro* e outras obras que propiciam o debate em questão, foi orientanda (no mestrado e no doutorado) de Naro.

<sup>10</sup> Uma refinada discussão em torno das noções de polêmica/interincompreensão, de Maingueneau, e de desentendimento, de Rancière, bem como a proposição da noção de “litígio semântico” pode ser encontrada em Barbosa Filho (2012).

<sup>11</sup> Optei por organizar o material de análise através de Sequências Discursivas (SD) por considerar “um *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas” (COURTINE, 2009, p. 54). Aqui, a noção de SD pode ser entendida pela noção de recorte, logo não se trata de segmentar um material linguístico para análise, mas de *recortar* tal material respeitando sua constituição, regularidade e suas condições de produção.

<sup>12</sup> Entendendo que há uma diferença quantitativa entre um livro e um texto, busquei efetuar os recortes localizando pontualmente os lugares em que a discussão teórica se encontrava e as críticas/respostas eram mais contundentes.

<sup>13</sup> Essa questão é bastante interessante porque por ela também se visibiliza a divisão de sentidos neste debate. Se de um lado, Lucchesi afirma prestigiar e incorporar grupos sociais marginalizados na “história oficial da língua”, do outro lado, Naro, na conclusão (p. 180) do *Origens do português brasileiro*, vai afirmar que a proposta dos que se alinham à ideia da transmissão linguística irregular é o indicativo de antigos preconceitos, pois “justamente os traços considerados socialmente desprestigiados em Portugal sejam aqui imputados por alguns estudiosos aos falantes de etnias não-europeias.”

Recebido em: setembro/2015

Aceito em: outubro/2015